



Por uma história do desenvolvimento

Moacir José dos Santos¹
Monica Franchi Carniello²

Resumo

O presente ensaio propõe a discussão sobre a necessidade da elaboração de uma história do desenvolvimento mediante a efetivação das abordagens e métodos próprios a história. O objetivo é evidenciar como, até o momento, os historiadores não produziram uma história do desenvolvimento em função dos debates e disputas relacionados à estruturação da história enquanto campo de conhecimento. Para tanto, buscou-se demonstrar como a história pode contribuir para identificar as fímbrias históricas que possibilitaram a consagração de um modelo de desenvolvimento raso e atrelado somente aos critérios de desempenho econômico.

Palavras-chave: história do desenvolvimento; historiografia; interdisciplinaridade

Recebimento: 22/6/2011 • Aceite: 29/8/2011

¹ Doutor em História (UNESP), Docente do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional e do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional. End: Rua Expedicionário Ernesto Pereira, 225, Taubaté, SP, Brasil. E-mail: santos.mj@ig.com.br

² Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC_SP), Editora-executiva da G&DR, Docente do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional e do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional. End: Rua Expedicionário Ernesto Pereira, 225, Taubaté, SP, Brasil. E-mail: monicafcarniello@gmail.com

For a history of development

Abstract

This paper proposes a discussion on the need to prepare a history of development through effective approaches and methods of its own history. The objective is to show how, until now, historians have not produced a history of development in light of the discussions and disputes related to the structuring of history as a field of knowledge. To this end, it was demonstrated how history can help to identify the borders of history that allowed the consecration of a limited development model and tied only to criteria of economic performance.

Keywords: history of the development; history; interdisciplinary

Introdução

O avanço da produção do conhecimento ao longo do século XX foi significativo, em particular para a pesquisa histórica. No campo da História o acúmulo de novos conceitos, abordagens, metodologias e informações adquiriu uma dimensão impressionante em função do volume quantitativo e qualitativo da produção historiográfica. A diversidade em quantidade e qualidade resulta de dois fatores fundamentais: a interdisciplinaridade e a sofisticação dos suportes de armazenamento e difusão do conhecimento. O diálogo interdisciplinar fomentou a elaboração de novas abordagens para as áreas e objetos de pesquisa em cada disciplina das ciências humanas. Também colaborou para esse cenário a profissionalização da produção do conhecimento. A expansão do ensino superior nas últimas décadas decorre de um ciclo virtuoso em que a o aumento dos investimentos públicos e privados em educação contribuiu com o crescimento econômico, o que por seu turno favoreceu a elevação do número de empregos relacionados à instrução universitária. Esse cenário implicou a intensiva especialização de todas as áreas do conhecimento.

O século XX foi o período de consolidação da profissionalização de diversas disciplinas, iniciada no século XIX, inclusive do conhecimento histórico. Verifica-se, nesse período, a consecução de uma maturidade da produção científica em distintas áreas, dentre as quais a História, que pode ser percebida por três variáveis: a expansão das formas de comunicação científica, dentre as quais os periódicos, que potencializaram o alcance em escala global em função do avanço tecnológico das mídias, que facilitou a comunicação estruturada em rede em escala global; a expansão do ensino superior, tal qual apontado anteriormente; e a consolidação das sociedades científicas e grupos de pesquisa. Tais fatores refletem e, simultaneamente, favorecem o avanço científico e daquilo que genericamente é entendido como desenvolvimento.

Porém, entre os dilemas que permeiam a experiência social do século XXI está a reflexão sobre o futuro da humanidade e sobre qual desenvolvimento é desejado, fato inédito na seara das disputas políticas e econômicas. Estados, organismos multilaterais, entidades internacionais, sociedades, compartilham a crença na necessidade de ponderar sobre como o desenvolvimento pode afetar o futuro humano. No âmbito acadêmico, as pesquisas sobre as diversas facetas do desenvolvimento adquiriram relevo. O inédito predomínio do espaço urbano e a rápida extinção dos recursos naturais estimulam a produção de artigos, teses, livros e propostas para efetivar o desenvolvimento

humano menos danoso ao meio ambiente e à própria humanidade. O que, no entanto, não é simples, em virtude das disputas e conflitos que permeiam a dinâmica social. E evitar a adoção de uma perspectiva pueril é fundamental para que o conhecimento produzido sobre o desenvolvimento adquira efetividade. Neste cenário, a história pode colaborar decisivamente para o fortalecimento de avaliações consistentes sobre as trajetórias e perspectivas do desenvolvimento. O foco deste ensaio é como o tema do desenvolvimento pode ser incorporado às lides dos historiadores.

Sob esta perspectiva, o presente ensaio busca discutir como a crescente profissionalização da produção do conhecimento associada à especialização acentuada representa a resposta a uma necessidade historicamente situada: a compreensão dos desdobramentos da modernidade mediante a organização e profissionalização de novas áreas do conhecimento, com impacto sobre a história. Entretanto, enquanto as novas disciplinas incorporaram com vigor a investigação do desenvolvimento, os historiadores ocuparam-se em absorver e responder ao impacto da profissionalização e da ultra-especialização da produção científica reorganizando seu campo de atuação com novos temas, abordagens, objetos e métodos. Portanto, refletir como a história pode contribuir decisivamente para a compreensão do desenvolvimento mediante a aplicação da metodologia de pesquisa concernente a pesquisa histórica pode favorecer a estruturação da percepção das nuances que o marcam. A superação da fragmentação cognitiva decorrente da especialização que acompanha a profissionalização da produção do saber corresponde à elaboração de eixos de reflexão que dotem a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade de coesão. E as características da história têm o potencial de contribuir decisivamente para o alcance deste objetivo, fundamental para dotar o conhecimento sobre o desenvolvimento com efetividade necessária para mudar as relações entre os homens e também para com o meio ambiente.

Entre a profissionalização, a narrativa e a história do desenvolvimento

A profissionalização do conhecimento no campo da história está conectada a adoção, no século XIX, do positivismo por parte dos historiadores interessados em incorporar a cientificidade em voga naquele período. E o abandono do positivismo resulta do sucesso desta empreitada. Apesar da superação das limitações conceituais e metodológicas do positivismo, é inegável a sua contribuição enquanto

corrente de pensamento que provocou a emergência de uma busca coletiva para definir os limites da disciplina em relação às demais áreas do conhecimento. A insistência quanto à documentação enquanto referência material para a elaboração da pesquisa e do conhecimento histórico conjugado à eleição de temas privilegiados, como a política e o Estado, propiciaram a estruturação da história como disciplina dedicada ao estudo das relações entre os homens no tempo. A legitimidade do conhecimento histórico tornou-se dependente, no século XIX, do alcance de certa cientificidade que apenas a narrativa dos séculos precedentes não possibilitava. Cientificidade implicava objetividade naquela quadra histórica, engendrando o desejo de obter fontes qualificadas por uma suposta isenção ou proximidade daquilo que se acreditava ser a verdade (BURKE, 1997).

Novais e Forastieri (2011) afirmam que o impacto das ciências sociais, nascentes no século XIX e produto da própria especialização e profissionalização da produção do conhecimento, impactaram significativamente sobre a elaboração do conhecimento histórico. A insistência na identificação de uma fonte cientificamente legítima para o conhecimento histórico corresponde, na observação de Novais e Forastieri, ao anseio de ombrear a história as jovens antropologia, sociologia, economia, psicologia, que, por sua vez, emergiram do vendaval de mudanças provocado com a revolução industrial. A estruturação destas disciplinas está relacionada no século XIX, à tentativa de compreender as transformações econômicas, políticas e sociais que acompanharam a consolidação do capitalismo industrial. E os historiadores entenderam que sua disciplina necessitava da mesma cientificidade atribuída às demais disciplinas. Segundo os autores:

[...] Muito antiga, a história, narrativa dos acontecimentos, só se iguala às artes e à filosofia; por isso, tem uma musa, Clio. Mas isso significa também que a história, como discurso, é anterior às demais ciências sociais, anterior às universidades. Isto significa, efetivamente, que, na história intelectual, pode-se examinar e analisar o impacto das ciências sociais sobre a história, e não o contrário. E não se leva em conta que esse traço da disciplina interfere decisivamente na natureza do diálogo e das relações entre a história e as ciências sociais, que quase sempre giram em falso, em torno

de questões de abrangência e prestígio. (NOVAES e FORASTIERI, p. 9, 2011).

No Brasil os institutos históricos e geográficos constituíram o primeiro passo para a formulação do conhecimento histórico sob o parâmetro da cientificidade. O mesmo cuidado apontado por Novaes e Forastieri quanto à mensuração do impacto das ciências sociais sobre a história é pertinente a avaliação da contribuição dos historiadores positivistas. A superação do positivismo no campo da história não decorreu apenas de suas deficiências. As limitações do positivismo decorrem do alcance do seu objetivo: a consolidação dos limites científicos da disciplina enquanto epistemologia do homem no tempo, fundada em documentos hierarquizados, os quais determinariam a qualidade das informações.

Apesar das objeções coerentes e relacionadas à necessidade de refinar o conhecimento histórico, as críticas dos historiadores do século XX, em particular os marxistas e os annales, à abordagem dos seus pares do XIX, é inegável o caráter estratégico para a produção do conhecimento histórico das delimitações elaboradas pelos historiadores no século XIX.

A profissionalização da formação e da atuação dos historiadores estava atrelada à conquista de legitimidade perante as ciências sociais. A ciência pode ser definida, de modo sintético como o conjunto de práticas investigativas empíricas cujo referencial teórico está relacionado à sua aplicação instrumental para a produção do conhecimento. Já a literatura tem como limite o campo do exercício narrativo, imaginativo e interpretativo sujeito à subjetividade. Entre a ciência e a literatura a história estava, ironicamente, quase imobilizada. Não usufruía do caráter empírico ou lógico indutivo/dedutivo das ciências exatas como a matemática ou a física. E, não era possível recorrer ao caráter recente de sua estruturação para justificar as suas limitações, insuficiências e incertezas. Enquanto a sociologia e a antropologia, por exemplo, fundaram a sua cientificidade, abordagens, campos, problemas e métodos como decorrentes da sua constituição recente perante os desafios da modernidade, a história inseria-se em uma tradição longínqua. Entre Heródoto e Michelin há uma distância significativa, mais ampla que a mera cronologia. Porém, o exercício da memória e o esforço em registrar o passado mediante a prática narrativa corroboravam evidências suficientes para designar à história certa incapacidade de produzir conhecimento científico legítimo ou uma narrativa digna das

lides literárias. White (2011) sintetiza com acuidade o dilema experimentado por historiadores das mais variadas cepas e que, de certo modo, persiste nos debates historiográficos traçados acerca da pertinência de classificar a história como parte das ciências sociais ou uma manifestação singular do conhecimento humano:

Mas essa perspectiva do século XIX acerca da natureza e da função da narrativa no discurso histórico se fundamentava em uma ambigüidade. Por um lado, a narrativa era lembrada apenas como uma forma de discurso, uma forma que tinha o ocorrido como seu conteúdo. Por outro lado, essa forma era em si um conteúdo, à medida que os eventos históricos fossem concebidos para manifestar a si mesmos em realidade como elementos e aspectos dos relatos. Supunha-se que a forma como se contava era indispensável à forma do enredo, sancionada pelos agentes históricos. E o que dizer dos eventos e processos atestados pelo registro documental que não se prestam à representação de um relato, mas que podem ser representados como objetos de reflexão apenas em outros modos de discurso, como a enciclopédia, o panorama, o epítome, a tabela ou a série estatística? Isso significava que esses objetos não eram históricos, ou seja, que eles não pertenciam à história; ou a possibilidade de representá-los em um modo de discurso não narrativo indicava uma limitação do modo narrativo e mesmo um preconceito em respeito ao que poderia ser considerado ter uma história? (p 443-444).

Classificado na linha divisória entre a ciência e a literatura, o ofício dos historiadores experimentava a possibilidade de ser definido por meio de um paradoxo que o tornava um pária entre a imaginação artística e a cientificidade, a saber: a história dos historiadores como uma forma de conhecimento insuficiente e, ao mesmo tempo, não provido de elementos estéticos pertinentes para ser um gênero literário.

Contudo, a utilização da temporalidade e, portanto, da história, constitui uma abordagem necessária ao desenvolvimento e a

estruturação das demais ciências sociais como a antropologia, a economia e a sociologia. História produzida por não historiadores, daí sua pretensa legitimidade científica. Superar o paradoxo acima demonstrado implicava em renovar a produção do conhecimento histórico, com a conseqüente alteração das abordagens e dos métodos dos historiadores. Tratava-se de inverter a dinâmica da relação. A adoção da interdisciplinaridade foi a estratégia adotada para responder aos desafios colocados ainda no século XIX. Portadora de uma tradição ancestral a história não poderia ser relegada a uma condição secundária, desproporcional à sua presença no campo do conhecimento. Afinal, no campo das humanidades apenas a filosofia e as artes experimentavam temporalidade similar a história. A pretensa cientificidade das ciências sociais que tomavam as ciências naturais como modelo e justificada nas ilações do positivismo inspiraram a adoção da documentação como referencial do historiador. Entretanto, essa medida inicial foi insuficiente para os historiadores do século XX. Fazia-se necessário dinamizar o uso da documentação. A aquisição de referenciais conceituais e metodológicos das ciências sociais visava superar o que, para os críticos da história positivista, consignava uma limitação perigosa para o futuro da disciplina. Neste contexto, a interdisciplinaridade correspondia a dois objetivos. Primeiro, evidenciar que os historiadores têm condições de produzir conhecimento pertinente à complexidade da experiência social. Segundo, a história constitui um campo do conhecimento portador de condições suficientes para a o alcance da cientificidade.

O elemento unificador da renovação do conhecimento histórico é simplesmente a busca de uma legitimidade reconhecida por outras áreas do conhecimento, daí a inversão da perspectiva. Do impacto das ciências sociais sobre a história para o impacto da história sobre as ciências sociais. Os historiadores passam a incorporar e aplicar abordagens de outras disciplinas, sinalizando que, se a história foi incorporada por outros, o contrário é possível, realizável e desejável.

A argumentação acima busca destacar algumas particularidades da historiografia pertinentes a compreensão da proposta apresentada neste ensaio. Há outras nuances acerca da renovação do conhecimento histórico que ultrapassam os limites da reflexão aqui apresentada e que, portanto, não são exploradas. Por exemplo, os historiadores marxistas têm a sua produção vinculada à aplicação do materialismo histórico como método mais apropriado a investigação da dinâmica do processo histórico. Essa característica é perpassada por uma politização do conhecimento, pois os marxistas

atribuem à ciência uma faceta ideológica pertinente à sua historicidade, particularmente sob o capitalismo. E, mesmo entre os historiadores marxistas é possível detectar clivagens distintas quanto ao seu envolvimento na renovação da produção do conhecimento histórico. A discussão sobre a profissionalização do ofício de historiador e a interdisciplinaridade é extensa e complexa, mas não é ignorada. Sua simplificação é necessária para a defesa da necessidade de uma história do desenvolvimento, apresentada e justificada nas próximas páginas.

A renovação da produção dos historiadores ao longo do século XX não resultou de ações exclusivas dos marxistas e do impacto da escola dos *Annales*. Embora no Brasil, nas últimas décadas, as alterações substanciais da historiografia sejam atribuídas como resultantes das ações dos *Annales* e seus seguidores, é necessário considerar o espectro mais amplo (1997). As mudanças na produção do conhecimento histórico estão ligadas a elementos estruturais e estruturantes da produção do conhecimento. A modernidade capitalista redefiniu a experiência humana em uma escala até então não experimentada. A mudança constatada é a única tradição permanente, inserindo a efemeridade como uma prática cultural da sociedade contemporânea (BERMAN, 2007). Urbanização, industrialização e a reorganização da vida econômica, entre outros aspectos, evidenciam como a modernidade é dinâmica, complexa e densa. O modelo urbano como local de acolhimento à industrialização; o adensamento da rede de transportes em escala global; o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e a estruturação de uma rede mundial de computadores, ao mesmo que potencializaram a ação humana, tornaram a sociedade mais complexa. As representações, pelas possibilidades de produção simbólica viabilizadas pelos meios de comunicação contemporâneos, tornaram-se parte do cotidiano e a forma mais usual de interpretação do mundo, superando em quantidade o contato direto com o factual.

A constante reordenação da vida social sob o capitalismo industrial provocou a emergência da interdisciplinaridade como recurso metodológico e epistemológico. Uma sociedade complexa não pode ser compreendida em sua totalidade sem o diálogo entre as disciplinas. A especialização do conhecimento resulta das luzes do iluminismo e da necessidade de produção de uma cientificidade instrumental ao capitalismo e suas formas avançadas. E, paradoxalmente, incide em uma necessidade de diálogo entre as disciplinas em razão da própria profissionalização e especialização da

produção do conhecimento. Concernente a esse contexto, ocorre a elevação da produção científica, potencializada com a multiplicidade dos meios de difusão da informação, como jornais, revistas, livros e recentemente as plataformas eletrônicas, conformando um panorama de formas de conhecimento que são estruturas e estruturantes da ciência. As relações de troca entre as disciplinas decorrem dos desafios inerentes à dinâmica social da modernidade. A busca de métodos, abordagens e conceitos em outras áreas do conhecimento não responde a demandas particulares, mas a provocações relacionadas à modernidade e a constante modernização.

Para situar a História na dinâmica histórica estruturante da interdisciplinaridade enquanto recurso necessário à produção de conhecimento opta-se por não discutir as relações cognitivas e metodológicas deste processo com a fragmentação do conhecimento histórico, particularmente atribuída por Dosse (1994) aos discípulos contemporâneos dos anais originais, como Marc Bloch e Lucien Febvre. A escolha de uma história do desenvolvimento como tema do presente ensaio decorre da reflexão acerca das peculiaridades da história em relação à interdisciplinaridade e também das estruturas que ensejam a produção do conhecimento na modernidade capitalista. Parte da relevância da história nas próximas décadas está relacionada à incorporação aos seus domínios dos temas de investigação que adquirem relevância em outras áreas ou disciplinas, principalmente quando o potencial sucesso da pesquisa deriva da interface com uma abordagem propriamente histórica.

O desenvolvimento constitui um campo de investigação fecundo e abordado com pertinência por disciplinas como a economia e a sociologia, com perspectivas mais acuradas sob a história econômica ou a história do pensamento econômico. Porém, a investigação do desenvolvimento por abordagens dissociadas da metodologia concernente a história reduz a compreensão da sua complexidade. Tal insuficiência pode ser combatida com a instauração no campo da investigação histórica de um recorte que delimite o desenvolvimento como um campo de pesquisa com problemas, métodos e objetos cuja especificidade e nuances são melhor tematizadas e compreendidas em seus elementos temporais por uma abordagem histórica, de fato. Reivindicar uma história do desenvolvimento não significa, entretanto, a pretensão em constituir um domínio de conhecimento exclusivo dos historiadores. Sua formulação está relacionada ao impulso fundamental que moveu a incessante construção do conhecimento histórico nas últimas décadas. Avanços, recuos, incertezas e multiplicidades

caracterizam toda forma de conhecimento que se pretende dinâmico o suficiente para captar parcela da complexidade da experiência humana. O desenvolvimento como campo privilegiado da reflexão histórica é antes de tudo um desdobramento da diversidade da pesquisa histórica, cuja renovação está interligada a própria transformação da história enquanto área de conhecimento que espelha e incorpora as mudanças sociais. O fortalecimento da história decorreu da colaboração com as demais disciplinas que constituem as ciências sociais e a sua perenidade depende da permanência desta postura. Portanto, essa proposição não enuncia uma ação de conquista ou a busca de um locus privilegiado para a interlocução com as ciências sociais.

A constituição de uma história do desenvolvimento equivale à exploração histórica dos seus aspectos. Até o momento houve um expressivo avanço da sua problematização quanto a abordagens ancoradas em demandas econômicas, sociais ou ambientais. Entretanto, há um amplo campo de investigação a partir de uma abordagem histórica. Como objeto suscetível a uma avaliação multidisciplinar, o desenvolvimento ainda experimenta um processo de formação e consolidação de um corpo teórico e metodológico pertinente aos seus desafios para os pesquisadores que o tomam enquanto objeto privilegiado de interlocução. Economistas, sociólogos, antropólogos, administradores contribuem significativamente para a formação de um campo de conhecimento relacionado ao desenvolvimento e não raro buscam completar suas pesquisas com a incorporação de informações historicamente situadas para estruturar os conceitos e reflexões que produzem. Tal postura é pertinente ao caráter multidisciplinar e interdisciplinar que a investigação do desenvolvimento provoca.

Contudo, a aplicação de uma perspectiva histórica é distinta da aplicação de uma metodologia fundada nas particularidades da pesquisa histórica. Esse é o momento dos historiadores assumirem sua parcela de contribuição para a investigação do desenvolvimento como um território do conhecimento. E por que as especificidades da pesquisa histórica têm o potencial de contribuir para o avanço das investigações e debates pertinentes ao desenvolvimento? E como realizar essa aproximação sem repetir procedimentos já experimentados para evitar redundâncias?

Antes, contudo, é necessário direcionar a atenção a relação que os historiadores desenvolveram com o termo desenvolvimento ao longo das querelas historiográficas que marcaram o campo da história no

século passado. A ausência de uma reflexão histórica sistematizada sobre o desenvolvimento está relacionada à própria renovação da historiografia. O rompimento com a história de corte positivista implicou a estigmatização de palavras e conceitos percebidos como símbolos ou emblemas do positivismo, particularmente quanto à idéia de progresso, tão cara a Comte e seus seguidores. A raiz desta crítica está relacionada à rejeição do positivismo enquanto matriz do conhecimento referencial a elaboração de uma teoria da história concernente a aplicação de métodos, técnicas e abordagens históricas. O positivismo foi rejeitado tanto por marxistas quanto pelos annales. Tal postura fundamentou a exclusão dos conceitos e abordagens relacionados à investigação da idéia de progresso. A correção do abandono da idéia de progresso naquele contexto está associada ao avanço da pesquisa histórica no século XX. O ideal positivista de progresso refletia uma percepção distorcida da história, cuja linearidade anulava a complexidade do processo histórico. O rompimento com os fundamentos conceituais do positivismo estimulou a incorporação das contribuições das ciências sociais, que por seu turno também buscavam produzir conhecimento sem recorrer aos pressupostos estabelecidos por Comte.

Entretanto, o refutar do conceito positivista de progresso associou, no campo da história, a idéia de desenvolvimento com o conceito positivista de progresso. A mácula positivista implicou a negligência do debate sobre o desenvolvimento entre os historiadores. Gênero, família, etnia, demografia, cultura popular, memória, entre outros, constituem exemplos contundentes da constituição de uma pesquisa histórica ativa, complexa e que dialogou sem parcimônia com as demais ciências sociais. Em um panorama tão extenso e profícuo, desperta a atenção como, até o momento, os historiadores ignoraram o debate promovido por seus pares das ciências sociais em relação ao desenvolvimento. Daí a necessidade de reivindicar a participação dos historiadores no campo de pesquisa pertinente ao desenvolvimento.

O início do século XXI é mais que adequado para os historiadores contribuírem para esse debate com a elaboração de uma história do desenvolvimento. A perenidade da história enquanto campo de conhecimento dotado de metodologias e abordagens específicas, com legitimidade socialmente reconhecida, relaciona-se diretamente com a sua capacidade de renovação quanto à produção do conhecimento histórico, particularmente ao explorar novas fronteiras. É possível afirmar que há uma tradição de renovação na historiografia e é necessário mantê-la.

A incorporação do desenvolvimento como campo de pesquisa específico dos historiadores possibilita a aplicação de metodologias pertinentes à investigação histórica. A história é distinta em comparação as demais ciências sociais por pautar-se em uma postura vertical, que busca a singularidade no tempo. O detalhe, o específico e a diferença impulsionam o historiador. A busca de nuances particulariza a pesquisa histórica. A constituição de uma história do desenvolvimento está atrelada as contribuições que os historiadores podem realizar as reflexões que são desenvolvidas em outras áreas do conhecimento como a economia, a sociologia e o urbanismo. Entre os temas que permeiam a história do desenvolvimento está a urbanização. Sua problematização neste ensaio corresponde à escolha de um exemplo pertinente a reflexão sobre as possíveis interações entre o desenvolvimento e a história.

A expansão do capitalismo é indissociável dos processos desencadeados com a revolução industrial. Entre esses processos destaca-se a urbanização, que é, desde o século XIX, dotada de um intenso dinamismo necessário à expansão e reprodução contínua do capital. A vinculação entre a industrialização e a urbanização é forte o suficiente para projetar ambas quase como sinônimas. Tal percepção é corrente entre os pesquisadores dedicados ao desenvolvimento. A discussão sobre como a industrialização e a urbanização estão intrinsecamente associadas permeia as investigações realizadas sobre o desenvolvimento por economistas, geógrafos e urbanistas. É possível encontrar historiadores dedicados ao estudo da história das cidades, mas sem envolver-se diretamente com o tema do desenvolvimento. A existência de pesquisas realizadas sobre a história das cidades constitui referencial importante e que não pode ser desprezado. O mesmo pode ser afirmado por estudos desenvolvidos no âmbito das ciências sociais que tomaram as cidades como seu principal campo ou problema de pesquisa.

Entretanto, uma nova leitura dos trabalhos que exploraram as cidades em sua relação com a industrialização pode ser vital para a produção de uma história do desenvolvimento. O emprego da abordagem e da metodologia pertinentes à História significa problematizar como o desenvolvimento foi percebido em contextos históricos diversos e por grupos sociais com preocupações distintas e até mesmo opostas no espaço urbano. A complexidade das relações sociais nas cidades contém diversas variáveis que se estendem desde a ocupação do solo até as múltiplas territorialidades que se sobrepõe em virtude das disputas políticas, econômicas e culturais. E o fio condutor

destes conflitos é exatamente a busca do desenvolvimento, que, entretanto foi percebido de modo distinto no passado em comparação ao presente. Esse olhar historiográfico permitirá compreender as transformações do urbano superando a leitura disciplinar da cidade como resultado da divisão sócio-espacial do trabalho de um grupo, visão histórica dominante na economia política (MONTE-MÓR, 2006), e sim a compreendendo como uma ordenação espacial decorrente da perspectiva conceitual de desenvolvimento acatada pela sociedade estudada, o que a levaria a ações e a organização social das forças produtivas de maneira diretamente ligada ao conceito de desenvolvimento historicamente hegemônico em uma determinada conjuntura histórica. A transição da cidade política, passando pela cidade mercantil e culminando na cidade industrial, tal qual propõe Lefebvre (1999) reflete a mudança paradigmática dos anseios da vida em sociedade, que em última instância pode ser diretamente relacionada ao que a sociedade compreende por desenvolvimento. As ações presentes do homem são determinadas por suas projeções futuras, visto que as ações são realizadas visando o alcance do que é vislumbrado, e projetar os rumos de uma sociedade implica em determinar seus valores, suas perspectivas, seus objetivos. Tais aspectos em conjunto formam o que a sociedade em questão entende por desenvolvimento.

Em boa parte da história da expansão capitalista o desenvolvimento foi vinculado à industrialização e a intensa exploração dos recursos naturais. Crescimento econômico a qualquer custo foi a meta perseguida por todos os Estados-nação desde a revolução industrial. Ambição legitimada pelo iluminismo filosófico do século XVIII, que projetava a razão como o recurso mais poderoso para a emancipação humana em relação à natureza, cujo domínio e exploração eram projetados como essenciais. Entretanto, na segunda metade do século XXI, o desenvolvimento, ao menos no âmbito acadêmico e das instituições multilaterais como a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* - UNESCO, passou a ser definido de outro modo, a saber: o alcance das satisfações humanas sem comprometer a qualidade de vida das futuras gerações. Essa definição, bastante sintética e ainda distante da realidade social e econômica tem recebido bastante atenção, e embora oposta às práticas econômicas contemporâneas, tem conquistado a adesão internacional. Como ocorreu essa transformação histórica? Quais forças sociais colaboraram para a elaboração da crítica ao modelo de desenvolvimento industrial a qualquer custo? E como entender a

distância entre o discurso de preservação dos recursos naturais em um espaço sócio-histórico permeado por uma intensa competição por recursos naturais que conduz países emergentes como a China, o Brasil e a Índia a questionar a responsabilidades das nações desenvolvidas em relação à preservação dos recursos naturais?

Investigar as tessituras sociais que consagraram o desenvolvimento como resultado da intensa exploração dos recursos naturais e posteriormente a crítica a esse pressuposto implica, inclusive, na busca dos dissensos historicamente localizados em relação às posições hegemônicas, tanto no passado quanto no presente. A percepção destas nuances cabe ao historiador, cuja abordagem é voltada à problematização das contradições historicamente localizadas. Harvey (2006), por exemplo, aponta as conexões entre industrialização e urbanização como responsáveis por dinamizar a formação, a acumulação e a circulação do capital no capitalismo. Para o geógrafo britânico a compreensão dos períodos de expansão e crise do capital está vinculada a investigação das relações da urbanização com a dinâmica de reprodução do capital. A contínua criação e destruição de espaços urbanos e, portanto de relações sociais espacialmente determinadas concerne à própria existência do capital e é estruturada e estruturante do desenvolvimento.

Essa relação entre o capital e a urbanização está inscrita no espaço e na temporalidade. E o último termo diz respeito ao historiador. Paul Veyne (1998) afirmou que toda a história é a história do tempo presente. E Le Goff (1990) apontou a impossibilidade de escrever uma história desconectada da experiência do presente. Portanto, não há história que não seja a história do tempo presente. A experiência contemporânea está referenciada nos desdobramentos da urbanização, da exploração dos recursos naturais, no uso intenso da tecnologia e nos conflitos e disputas produzidas por estas instâncias. E a busca do desenvolvimento as perpassa inexoravelmente. A crise contemporânea não tem a sua origem em 2008. A expansão imobiliária irracional e a especulação financeira desmedida correspondem a um modelo econômico e social constituído nas fimbrias da luta por desenvolvimento e progresso cuja historicidade permite compreender como as lides humanas tem como limite os valores compartilhados em determinados momentos da história.

Considerações finais

O tema da urbanização ilustra como o desenvolvimento constitui um recorte significativo da experiência social. A história, enquanto campo do conhecimento dotado de perenidade, experimentado e delineado por debates e disputas intensas constitui uma forma de saber adequada à problematização do desenvolvimento. A perspectiva histórica aponta para nuances fundamentais que, devidamente exploradas, potencializam a abordagem multidisciplinar que caracteriza a reflexão sobre o desenvolvimento. Embora o tema da urbanização tenha recebido atenção neste ensaio, outras possibilidades podem ser exploradas. A utilização dos recursos naturais, as relações culturais ou a dinâmica demográfica constituem alguns exemplos de recorte interno a história do desenvolvimento que tem o potencial de favorecer a compreensão das implicações das medidas adotadas para efetivá-lo em cada contexto histórico.

Os desafios delineados à própria preservação da vida humana no planeta exigem um esforço interdisciplinar para a compreensão dos desafios do desenvolvimento. A permanência das desigualdades sociais que caracterizam a maioria das nações aumenta a necessidade de compreender como o desenvolvimento pode ser alcançado. E algo que é evidente é a insuficiência do atual modelo econômico e social. A exploração desenfreada dos recursos naturais viabilizou relações estruturalmente assimétricas. A maioria dos seres humanos está excluída do acesso aos recursos econômicos para viabilizar uma vida digna. Essa situação injusta é agravada por um dado irrefutável: os recursos naturais não seriam suficientes caso fosse possível estender o mesmo padrão de consumo para todos os seres humanos. Consumismo e uso intenso dos recursos naturais constituem as facetas mais perceptíveis do atual modelo de consumo. A divisão internacional do trabalho e as relações de poder contribuem para reproduzir essas características.

Os debates efetuados em torno da preservação dos recursos naturais, da qualidade de vida e da distribuição da renda mais equitativa somente podem adquirir efetividade com a mudança profunda do modelo econômico contemporâneo. A premência dessa mudança é consensual nos fóruns e instâncias voltados a discussão sobre os efeitos do atual modelo de crescimento econômico. Historicizar como se consagrou a percepção do desenvolvimento enquanto acumulação de capital e exploração dos recursos naturais, viabilizado com o intenso consumismo, é uma ação fundamental para produzir o conhecimento necessário à estruturação de outro modelo

desenvolvimento. A constituição de uma história do desenvolvimento corresponde à delimitação de um recorte histórico pertinente a essa meta. A abordagem e a metodologia inerentes à história permitem capturar os detalhes e singularidades que contribuíram para consagrar uma percepção estreita do desenvolvimento, vinculada, no passado, apenas à mensuração do desempenho econômico.

Referências

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BURKE, P. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: UNESP, 1997.

CARDOSO, C. F. & VAINFAS, R. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DOSSE, F. **A história em migalhas**. São Paulo: Editora Ensaio, 1994.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2º ed. São Paulo: Annablume, 2006.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

MONTE-MÓR, R. L. de M. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20281.pdf>. Acesso em: 18 jun 2009.

NOVAIS, F.A.; SILVA, R.F. da. **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

VEYNE, P. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. Brasília: UNB, 1998.

WHITE, H. A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea. In: NOVAIS, F.A.; SILVA, R.F. da. **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.